

OPINIÃO

Qual a importância de uma exposição fotográfica que recupera o período da ditadura militar?

Fotos: RENATO SEERIG



José Zanella, Professor da UFSM e Secretário da Cultura de Santa Maria.

“Esse meio em que está sendo colocado é ótimo porque representa a possibilidade para que eles (estudantes) vejam exatamente o que ocorreu. As imagens falam por si só. A exposição representa com toda a fidelidade e é uma oportunidade

impar, não só para os estudantes aqui da universidade, mas para comunidade toda que não viveu essa época. Ver que foi difícil e conhecer as pessoas envolvidas. Interessante que a cada quadro se vê pessoas que têm uma história, que deixaram presença e que hoje fazem história também”.

Cristina Rosa, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas.

“Achei muito importante a exposição. Estive olhando cada um dos quadros e acho que mais do que uma memória da ditadura militar, os quadros trazem uma memória da resistência dos militantes e de jovens que, inclusive, nem militantes eram e

que passaram a descobrir o que era ser militante a partir do que foi imposto. Achei interessante que essa exposição mostra o duro, mostra o bruto, mostra o brutal, mas ela mostra também, pessoas na rua, pessoas mobilizadas, estudantes reagindo, aprendendo a virar cidadãos, aprendendo a virar pessoas que se importavam com o país. E isso, para o interior, é interessante, porque a maioria dos movimentos se passem nas grandes cidades. Então, a impressão que a gente tem é de que fizemos parte. Eu, que fui uma estudante que aprendi a militar nos anos 80, final da ditadura militar e início da abertura política, me reconheci em um dos quadros, não dentro deles, mas com aquele movimento e sentimento comum à época”.



Vilmar Galvão, Vereador e Presidente da Câmara de Vereadores.

“Acho que muitas pessoas, principalmente as mais jovens, não conviveram com essa experiência dolorosa, que foi a ditadura no Brasil. É sempre importante, além de dar conhecimento dos fatos que marcaram nossa história, a gente reavivar para que não tenhamos que nunca mais passar por essas

situações. Acho que o Brasil teve um grande atraso, tanto no ponto da vista da consolidação da democracia, como, também, no desenvolvimento social com a ditadura militar. Uma exposição dessa natureza oportuniza-nos, além de relembrarmos os tempos de chumbo, dar conhecimento aos mais jovens que já tratam essa questão como uma coisa do passado distante, mas que não é tão distante. A ditadura militar ainda produz algumas cicatrizes que precisam ser recuperadas”.



E o aumento salarial?



Fotos: NICHOLAS FONSECA

Rondinel critica: reajuste para três anos é "temerário"

O último reajuste salarial dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES foi resultado da greve da categoria, em 2005. Naquele ano, a categoria obteve a criação da classe de Associado e o aumento de 50% no incentivo de titulação para a carreira de ensino superior; a criação da classe especial e um aumento de 12% na tabela salarial para carreira do 1º e do 2º graus. Outro resultado da greve foi o aumento de 90 para 115 pontos na GED para os aposentados.

Dois anos depois desse reajuste e mais de um ano depois de iniciada a Campanha Salarial 2007, os docentes das IFES continuam sem um centavo de reajuste. Mesmo tendo imposto a assinatura de um termo de acordo sem valor jurídico, assinado pelo ProIFES e pela CUT, o Ministério do Planejamento ainda não implementou nenhuma das medidas que havia anunciado.

No discurso adotado pelo governo durante as reuniões com os representantes do ANDES-SN e do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional – SINASEFE, os docentes teriam a primeira parcela do reajuste, anunciado para 2008, 2009 e 2010, já em março deste ano. No entanto, até o momento, nada foi concretizado.

Alegando que o parcelamento do reajuste possibilitaria um planejamento mais eficiente das despesas com pessoal até o final do seu mandato, o governo Lula age, na verdade, em função dos

aspectos conjunturais da política macroeconômica. Primeiro, foi a crise gerada pela não-renovação da CPMF pelo Congresso Nacional, em janeiro deste ano, que levou o governo a rever todos os “acordos” firmados com as diversas entidades do funcionalismo público. No caso dos docentes do ensino superior, a incorporação da GAE, prevista para março deste ano, ficou para o próximo ano.

Mais recentemente, em abril, foi anunciado o contingenciamento de R\$ 19 bilhões no Orçamento 2008. Em seguida, o Comitê de Política Monetária – Copom do Banco Central aumentou em 0,5% a taxa de juros, cujo resultado foi o impacto de quase R\$ 10 bilhões no Orçamento 2008 para o pagamento de juros. Ainda seguindo o rastro dos estragos gerados pela conjuntura macroeconômica, o governo ameaçou cortar o orçamento da educação em R\$ 2 bilhões – valor equivalente aos investimentos anunciados para os próximos cinco anos para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (Decreto nº 6.096/07), que seria responsável pela abertura de 400 mil novas vagas nas universidades federais. Porém, como o Sindicato Nacional denunciou, a conjuntura desfavorável mostra que não há nenhuma garantia de que esses investimentos sejam concretizados como, infelizmente, não há garantia de melhoria da remuneração dos professores.



João Eduardo elogia: reivindicação histórica atendida

Reajuste provoca debate

Na assembléia docente na UFSM, dia 28 de abril, estabeleceu-se uma polêmica quando entrou em pauta o tema da negociação salarial com o governo. A postura da diretoria da SEDUFSM, similar à do ANDES-SN, é crítica em relação ao que o governo concedeu em termos de salário, que enfatizou o reajuste nas gratificações. Um texto produzido pela seção sindical, com o apoio técnico do professor do departamento de Ciências Econômicas da UFSM, Ricardo Rondinel, analisa a proposta do governo de uma forma bastante dura.

Segundo Rondinel, que usou o microfone para reforçar a avaliação feita no documento, não se constroem políticas salariais com validade de três anos, mas ano a ano, através de um dissídio. Para ele, é temerário ser favorável a um

acordo que prevê reajustes para três anos num cenário de inflação em alta. Também distinguiu política salarial de alteração na carreira, o que, segundo ele, é o que o governo está fazendo, alterando negativamente a carreira docente.

Já o professor João Eduardo Pereira, ex-presidente da SEDUFSM, mostrou ser favorável ao acordo com o governo, e que foi assinado pelo Fórum de Professores (PROIFES). Pereira destacou como um dos pontos positivos que, pela primeira vez teria havido uma negociação salarial sem a necessidade de greve. O outro ponto ressaltado por ele foi a incorporação da Gratificação por Atividade Executiva (GAE), uma reivindicação histórica do Movimento Docente.

“Negociação salarial se faz ano a ano”

(Ricardo Rondinel, professor de Economia da UFSM)